



PSD p.13

Moreira da Silva na apresentação da candidatura de Gastão Neves a Leiria



PSD p.12

Matos Rosa apresentou o candidato autárquico do PSD a Borba



PSD p.12

Marco António Costa esteve na apresentação de Rui Rocha a Ansião

POVO LIVRE



nº 1788

26 de Junho de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Uma economia mais competitiva



Reunião informal do Conselho de Ministros em Alcobaça

PSD p.6

PPE prepara reunião do Conselho Europeu desta semana

Governo p.2

“O Governo pode agora apostar mais no investimento e na criação dos empregos”

Primeiro-Ministro em Évora

“O Governo pode agora apostar mais no investimento e na criação de emprego”



O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, visitou em Évora, as duas fábricas da construtora aeronáutica brasileira Embraer, acompanhado pelo ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira e afirmou que, em caso de “necessidade”, o governo “não deixará de colocar em cima da mesa” a questão da revisão das metas do défice para 2014.

“Se houver necessidade, o governo não deixará de colocar em cima da mesa essa revisão de metas e isso poderá ter de acontecer em função do cenário macroeconómico que se perspectivar e, portanto, dependendo da evolução do contexto europeu, do contexto económico, quer das exportações, quer da procura interna”, disse.

Segundo o Chefe do Governo, a revisão das metas do défice para 2014 ainda não foi “formalmente suscitada” pelo governo junto da ‘troika’.

Mas o Primeiro-Ministro afirmou que vai manter o rumo traçado para o País e que partilha das preocupações dos patrões, mas ressaltou que “não estão mais empenhados do que o Governo” em antecipar a retoma económica.

“Eu julgo que em Portugal todos estamos preocupados em conseguir antecipar a retoma da economia. Portanto, os empresários não estão mais empenhados do que o Governo nesses objectivos”, assinalou.

Pedro Passos Coelho falava aos jornalistas, em Évora, sobre o compromisso para o crescimento económico, apresentado hoje pelas confederações patronais, as quais desafiam o Governo a dar “um novo rumo para Portugal”.

Entre as medidas que consideram urgentes, as confederações patronais referem a necessidade de um “alívio fiscal” que será “determinante para a retoma do investimento das empresas, para a recuperação do emprego e do consumo das famílias”.

O chefe do Governo referiu que o País está a ultrapassar um primeiro momento de “emergência financeira séria”, que coexistiu com um segundo momento que “será agora aprofundado” e que implica “transformações



do lado da economia e do lado das instituições públicas”.

“Um terceiro momento está agora também a arrancar que é o do investimento”, realçou Passos Coelho, indicando que o Governo pode agora “apostar mais no investimento e na criação dos empregos” que o País necessita para que “mantenha a coesão social e possa vir a crescer no futuro”.

Nesse sentido, o governante considerou que é “muito importante que se exija uma capacidade de diálogo muito grande”, que, no seu entender, “o Governo tem mantido, seja com os sindicatos, seja com as confederações patronais”.

Passos Coelho frisou que o Governo está a “trabalhar com as confederações patronais e com os sindicatos para poder impulsionar o crescimento da economia e gerar empregos” e que os “parceiros sociais sabem que essa é a preocupação do Governo”.

“Creio que não podemos senão secundar essas preocupações com a diferença que estamos a trabalhar para poder responder favoravelmente a essas preocupações”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro foi ainda questionado sobre o regresso à empresa Metro do Porto, do ex-secretário de Estado da Defesa, Braga Lino, exonerado do Executivo



em Abril por ter autorizado a celebração de ‘swaps’.

“O secretário de Estado pediu para ser substituído dado que não queria que houvesse contaminação da sua função no Governo em torno da polémica sobre os ‘swaps’ e por essa razão foi substituído. Retornou, com certeza, ao seu lugar de origem na empresa”, limitou-se a esclarecer.

Referindo-se à questão que tem oposto sindicatos de Professores e Ministério da Educação, Pedro Passos Coelho, afirmou que o Governo está disponível para um “compromisso” com os sindicatos de professores, mas as estruturas sindicais que representam os docentes também devem “mostrar flexibilidade” nas negociações.

“Nós esperamos que os sindicatos estejam também disponíveis para mostrar flexibilidade, que o País precisa de ver” da sua parte, realçou o Primeiro-Ministro.

Pedro Passos Coelho disse que o Governo tem “mostrado uma grande capacidade para poder fazer compromissos” e “acordos” com sindicatos, em várias áreas de actuação, não sendo a Educação uma excepção.

“Portanto, na medida em que haja capacidade também aqui na área da Educação para acrescentar alguma coisa ao acordo que seja importante para o país, nós estamos disponíveis para nos aproximarmos dessas negociações”, frisou.

Contudo, continuou, é preciso que “os sindicatos também façam esse esforço”.

O chefe do Governo falava aos jornalistas em Évora, após uma visita às fábricas da construtora aeronáutica brasileira que funcionam na cidade alentejana.

Na ocasião, Pedro Passos Coelho foi questionado pelos jornalistas sobre as negociações entre o Ministério da Educação e os sindicatos que representam os professores, os quais estão em greve às avaliações desde 7 de Junho, estando a decorrer hoje nova ronda negocial.

O primeiro-ministro lembrou que “duas das razões evocadas com mais ênfase para bloquear uma perspectiva de compromisso” têm sido a aplicação do horário laboral das 40 horas ao sector da Educação e “a requalificação/mobilidade aplicada aos professores”.

“Nesses dois aspectos, o Governo mostrou uma



grande flexibilidade”, embora essas sejam “reformas transversais que se aplicam a toda a administração”, pelo que “não há sectores protegidos”.

Ainda assim, acrescentou, “várias outras medidas que estão a ser tomadas não nos apontam qualquer necessidade, no prazo de um ano, para que professores efectivos

sejam colocados em requalificação ou que haja necessidade de aumentar a carga lectiva dos professores”.

Segundo Passos Coelho, o Governo terá “outras formas de adaptar as 40 horas de trabalho semanais à área da Educação e é isso que está a ser trabalhado com uma grande abertura”. – Fontes: Lusa e RTP 1

Conselho de Ministros informal

Uma economia mais competitiva



No passado dia 22, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, reuniu informalmente, em Alcobaça, entre as vetustas paredes do histórico Mosteiro, um Conselho de Ministros, para marcar o 2º aniversário da sua vitória eleitoral de já dois anos e a sua assunção ao cargo de Presidente do Governo, após a constituição da coligação com o CDS-PP e a indigitação do Presidente da República.

Falando, antes da reunião, ao presidente da Autarquia e outros notáveis locais, na sessão de boas-vindas preparada pela Câmara Municipal de Alcobaça, Passos Coelho afirmou que o Governo está a preparar o período pós-troika, considerando que o sucesso desse período dependerá das reformas que forem feitas agora.

“É um período que nos vai bater à porta rapidamente. A forma como estivermos preparados para lançar as acções reformistas de que o País precisa é decisiva para podermos enfrentar o período a partir de 2014, com o sucesso que todos os portugueses têm feito por merecer”, declarou.

Numa breve declaração, Passos Coelho destacou o carácter informal da reunião e o “simbolismo” dela ocorrer “praticamente dois anos após a tomada de posse do Governo, sensivelmente a um ano do País concluir o programa de assistência económica e financeira”. “Espero que este Conselho de Ministros, que decorrerá em tom de informalidade, possa ser inspirado pela história que estas paredes encerram e pelo que a pátria sonha para si própria, para os seus filhos, para os portugueses das próximas gerações”, afirmou Passos Coelho.

A reunião informal do Conselho de Ministros destina-se a assinalar dois anos de governação e a estabelecer prioridades para o restante mandato, para além da análise da situação política do país.

Pedro Passos Coelho foi o último a chegar ao Mosteiro de Alcobaça, minutos depois das 15:00, de blazer azul-escuro pendurado no braço e sem gravata, à semelhança dos restantes ministros, que também dispensaram a gravata para esta reunião informal.

O ministro da Educação, Nuno Crato, foi o único a faltar à reunião por se encontrar fora do país, em Cambridge, na abertura do 7º Encontro Anual de Estudantes e Investidores e Portugueses no Reino Unido.

Após a sessão de boas-vindas, a convite do presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, Paulo Inácio, os ministros tomaram uma “ginja de honra”, antes de entrarem na Sala do Capítulo do Mosteiro, onde decorreu a reunião.



No encontro, o ministro Miguel Poiares Maduro vai apresentar aos restantes membros do Governo uma primeira versão de um sítio electrónico alusivo aos dois anos de governação, mais virado para os cidadãos e que não substituirá o Portal do Governo.

Segundo fonte governamental, em análise estarão um documento compilado pelo gabinete do ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, que reúne iniciativas enviadas previamente por cada Ministério, e uma primeira versão, elaborada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, do guião da reforma do Estado.

O XIX Governo Constitucional tomou posse a 21 de Junho de 2011. Uma semana depois, tomaram posse os secretários de Estado.

O ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional,

Miguel Poiares Maduro, vai fazer uma apresentação das conclusões da reunião informal do Conselho de Ministros, que decorre esta tarde no Mosteiro de Alcobaça.

Fonte oficial indicou aos jornalistas que será o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional a fazer o balanço dos trabalhos, num intervalo da reunião do Conselho de Ministros em que também se fará “a foto de família”.

A reunião informal do Conselho de Ministros decorre na Sala do Capítulo do Mosteiro de Alcobaça, e não tem hora prevista para terminar, segundo a mesma fonte.

Em 2012, o Governo assinalou um ano de governação com um conselho de ministros informal, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, no final do qual Pedro Passos Coelho e Paulo Portas fizeram uma declaração conjunta.

Poiares Maduro reúne com a Informação após o fim do Conselho

O Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional deu uma conferência de Imprensa, após as 3 horas e meia que durou o Conselho informal e afirmou que uma eventual revisão das metas do défice para 2014 “não se coloca neste momento” e dependerá da alteração do contexto económico.

O ministro disse que a possibilidade de Portugal “tentar conseguir uma flexibilidade das metas do défice” depende “sempre de uma negociação com os parceiros europeus” e “não é uma questão que se coloque neste momento”.

“Como o senhor primeiro-ministro manifestou, isso dependerá sempre de uma alteração da conjuntura económica no próprio contexto europeu”, afirmou Miguel Poiares Maduro, após questionado sobre se se confirma que o Governo já está a negociar as metas do défice para 2014.

Sob o título “Governo já está a negociar revisão do défice para 2014”, o semanário “Expresso” noticiou que o executivo está alegadamente a procurar subir para 4,5 ou 5 por cento a meta do défice para o próximo ano, temendo uma “degradação da situação económica”.

O Ministro sublinhou que “Portugal, precisamente pela credibilidade que adquiriu, cumprindo o programa de assistência económica e financeira, está em condições na Europa, mas apenas e só se a conjuntura o determinar, poder tentar conseguir uma flexibilidade das metas do défice”.

Miguel Poiares Maduro falava na conferência de imprensa, que se à reunião informal do Conselho de Ministros.

Uma economia mais competitiva, maior mobilidade e coesão social são os objectivos do Governo para os próximos dois anos, disse hoje o Mministro Adjunto e do Desenvolvimento, afirmando que há condições para “oferecer esperança” aos portugueses.

“Este Governo conseguiu estabilizar uma situação financeira particularmente grave para Portugal e está agora numa situação de oferecer esperança aos portugueses mas é uma esperança assente na verdade, assente no realismo”, afirmou Miguel Poiares Maduro. O Governo definiu os objetivos para os próximos dois anos, que passam por “um país, uma economia, mais competitivos, capaz de singrar no mercado aberto, europeu e global” e que “esteja em condições de oferecer aos portugueses maior mobilidade social”.

Questionado pelos jornalistas, Poiares Maduro disse que o ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, fez uma apresentação do “guião para a reforma do Estado” e houve uma “reflexão muito viva, muito franca” sobre o tema, “um dos pontos fulcrais” da reunião.

Contudo, acrescentou, o objetivo da reunião de hoje não era apresentar propostas concretas.

O ministro referiu também que o Governo irá “iniciar políticas em matéria de proximidade”, na relação do Estado com o cidadão, “reforçar políticas em matéria de transparência” e promover “uma posição clara, articulada, de Portugal no contexto europeu”.

“O Governo tem de conseguir oferecer esperança aos portugueses mas tem de o fazer num contexto de realidade, sendo verdadeiro com os portugueses”, defendeu.

Para isso, acrescentou, o Governo irá “não apenas agir na conjuntura, mas agir estruturalmente”, já que, disse, “alguns dos problemas fundamentais precedem a crise financeira”.

“Estamos num momento importante de promoção do investimento e é um momento em que estamos a reforçar muitas das reformas estruturais que já foram avançadas e vamos articular isso de forma mais clara com os portugueses”, disse.

A reunião do Conselho de Ministros terminou cerca das 19:00. Cerca de uma hora antes, os ministros interromperam os trabalhos para a “fotografia de família”, que contou com todos os ministros, incluindo o ministro da Educação que chegou quase em cima da hora, pois acabava de chegar do estrangeiro, onde se tinha deslocado em serviço. Fontes: Lusa e Povo Livre



Passos Coelho em Viena

PPE prepara reunião do Conselho Europeu desta semana

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, participou na reunião do Partido Popular Europeu (PPE), que decorreu em Viena, na quinta-feira, dia 20, e que foi dedicada à preparação do Conselho Europeu desta semana.

A reunião dos líderes políticos teve início às 13h00 locais (menos uma hora em Lisboa), com um almoço de trabalho, e terminou pelas 17h00.

A cimeira do PPE, que contou com a participação do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e de líderes políticos como a chanceler alemã Angela Merkel, foi dedicada à preparação do Conselho Europeu de 27 e 28 de Junho.

A cimeira de líderes europeus desta semana será centrada no combate ao desemprego entre os jovens e em medidas de apoio às pequenas e médias empresas (PME), bem como ao aprofundamento da união económica e monetária.

O primeiro-ministro de Portugal e o seu homólogo finlandês escreveram aos presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, da Comissão Europeia, Durão Barroso, e do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, pedindo um maior apoio da União Europeia (UE) às PME.

Sobre esta mesma matéria, Pedro Passos Coelho e Jyrki Katainen assinaram também um artigo em conjunto na edição de terça-feira do Wall Street Journal, com o título "Libertar as PME da Europa para o emprego".

O PPE, de centro-direita, é actualmente a maior família política europeia, contando com 13 dos 27 chefes de Estado ou de Governo da UE (Irlanda, Alemanha, Espanha, Luxemburgo, Roménia, Hungria, Polónia, Suécia, Letónia, Grécia, Finlândia, Chipre e Portugal), além dos presidentes da Comissão Europeia, Durão Barroso, e do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy.

O PPE inclui 73 partidos de 40 países, entre os quais o PSD e o CDS-PP, e tem a maior bancada do Parlamento Europeu.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, participou na reunião do Partido Popular Europeu (PPE), que decorreu em Viena, na quinta-feira da semana passada, e foi dedicada à preparação do Conselho Europeu desta semana.

A reunião dos líderes políticos teve início às 13:00 locais (menos uma hora em Lisboa), com um almoço de trabalho, e terminou pouco depois das 17 horas locais.

O grande interesse para Portugal nesta cimeira de sábado, está no cato de ser centrada nas medidas de combate ao desemprego. A cimeira de líderes europeus da próxima semana será centrada no combate ao desemprego entre os jovens e em medidas de apoio às pequenas e médias empresas (PME), bem como ao aprofundamento da união económica e monetária.

O Primeiro-Ministro de Portugal e o seu homólogo finlandês escreveram já, nesse sentido, aos presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, da Comissão Europeia, Durão Barroso, e do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, pedindo um maior apoio da União Europeia (UE) às PME.

Sobre esta mesma matéria, Pedro Passos Coelho e Jyrki Katainen assinaram também um artigo em conjunto, na edição de terça-feira do Wall Street Journal, com o título "Libertar as PME da Europa para o emprego".

O PPE, de centro-direita, é actualmente a maior família política europeia, contando com 13 dos 27 chefes de Estado ou de Governo da UE (Irlanda, Alemanha, Espanha, Luxemburgo, Roménia, Hungria, Polónia, Suécia, Letónia, Grécia, Finlândia, Chipre e Portugal), além dos presidentes da Comissão Europeia, Durão Barroso, e do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy.

O PPE inclui 73 partidos de 40 países, entre os quais o PSD e o CDS-PP, e tem a maior bancada do Parlamento



Europeu

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou em Viena, que o modelo de pagamento do subsídio de férias dos funcionários públicos e pensionistas vigorará apenas este ano, de "forma excepcional".

O modelo de pagamento do subsídio de férias para 2013 dos funcionários públicos e pensionistas "não se vai manter para o próximo ano", disse o Primeiro-Ministro, em resposta aos jornalistas, à margem da reunião do Partido Popular Europeu (PPE), a maior família política europeia.

Pedro Passos Coelho afirmou que a forma de pagamento vigorará este ano, "de forma excepcional, porque o Orçamento [do Estado] teve de ser alterado em função da decisão do Tribunal Constitucional".

O Primeiro-Ministro disse ainda que, em 2014, o "problema não se põe", pelo que os subsídios "serão pagos dentro das datas normais que são pagas a toda a gente".

Passos Coelho falava aos jornalistas depois de, na quarta-feira, o Presidente da República ter promulgado a proposta de lei que regula a reposição do subsídio de férias para 2013 dos funcionários públicos e pensionistas.

O diploma estabelece o pagamento dos subsídios de férias. em Novembro, aos funcionários, reformados e pensionistas do sector público que recebem vencimentos acima dos 1100 euros.

Abaixo dos 600 euros de salário mensal, os subsídios serão pagos em Junho e entre os dois valores, uma parte é paga em Junho e a restante no dia 20 de Novembro, segundo a proposta de lei, cujo histórico publicado no 'site' do Parlamento indica ter sido já enviada para Belém.

Em Viena, o Primeiro-Ministro reafirmou ter ficado "espantado" com o facto de se estar a fazer "uma polémica à volta da questão dos subsídios", acrescentando que "a proximidade de eleições deve ter, com certeza, alguma coisa a explicar em função desta demagogia que está a ser feita".

Passos Coelho disse ainda que o Presidente da República, Cavaco Silva, "deu prioridade" ao tema, o que

considerou ser "positivo".

O Governo ficou obrigado a repor o pagamento dos subsídios de férias deste ano, na sequência da declaração de inconstitucionalidade da sua suspensão que estava prevista no Orçamento do Estado para 2013.

Sinda mo dia 20, em Viena, o Primeiro-Ministro disse, que o Governo está a trabalhar para fazer um desagravamento fiscal em sede de IRS ainda durante a actual legislatura, mas escusou-se a fazer uma "promessa" ou a assumir um "compromisso" neste sentido.

Pedro Passos Coelho, que falava aos jornalistas à margem da sua participação na reunião do Partido Popular Europeu (PPE), foi questionado sobre a proposta feita pelo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e líder do CDS-PP, Paulo Portas, de um "desagravamento fiscal em sede de IRS" nesta legislatura.

"É para isso que eu e o senhor Ministro de Estado dos Estrangeiros estamos a trabalhar, não há nenhuma divergência entre nós. Sabemos que o País tem um nível de fiscalidade muito elevado, demasiado elevado", começou disse o Primeiro-Ministro, escusando-se, no entanto, a fazer "uma promessa" ou a citar uma data..

"Eu não posso fazer essa promessa [descida do IRS na actual legislatura], porque se o dissesse aqui isso seria uma promessa que eu não sei se tenho condições para cumprir. Isso é o que eu gostaria que acontecesse e é para isso que estamos a trabalhar", declarou Passos Coelho.

O presidente do CDS-PP, Paulo Portas, defendeu, na terça-feira, que o "desagravamento fiscal em sede de IRS" deve, "se possível", começar na actual legislatura governamental.

"No plano fiscal, a maioria deve estabelecer um calendário e objectivos firmes, para, após a reforma do IRC, iniciar, ainda nesta legislatura, o desagravamento fiscal em sede de IRS", defendeu Paulo Portas.

A ideia consta da moção de Paulo Portas ao XXV Congresso do CDS-PP, que se realiza a 06 e 07 de Julho, na Póvoa do Varzim.

*



Passos Coelho antecipou ainda que «A situação política do País e a reforma do Estado serão dois dos temas do Conselho de Ministros informal do próximo Sábado. “Iremos fazer a nossa programação até ao final da legislatura e iremos abordar a situação política do País”, disse Pedro Passos Coelho, em declarações aos jornalistas sempre à margem da sua participação na reunião do Partido Popular Europeu (PPE).

O Primeiro-Ministro adiantou que outro tema na agenda da reunião será a análise do processo de reforma do Estado, que o Governo vai concretizar.

Passos Coelho ressaltou que o Conselho de Ministros de Sábado, que assinalará dois anos desde a tomada de posse do executivo, é informal, “o que significa que não tem uma ordem de trabalhos definida”.

Na quarta-feira da semana passada, o ministro da Presidência, Luís Marques Guedes, já havia dito que o Conselho de Ministros informal iria estabelecer prioridades para o resto do mandato.

O Conselho de Ministros teve lugar no Mosteiro de Alcobaça, com início às 4:30 e terminou perto das 7 da tarde (veja artigo sobre este assunto, neste número).

Sobre as eleições autárquicas – outro tema tratado “à margem” - o Primeiro-Ministro disse ainda, em Viena, que Fernando Seara poderá recorrer ao Tribunal Constitucional (TC) da decisão do Tribunal da Relação que impede a sua candidatura à Câmara de Lisboa, sendo necessário aguardar por essa instância judicial.

“Acho que o senhor doutor Fernando Seara, tendo a oportunidade de recorrer para o TC o poderá fazer, e aguardaremos o que é que o TC vai decidir”, afirmou Pedro Passos Coelho, em resposta aos jornalistas, quando questionado sobre a decisão do Tribunal da Relação, que impede a candidatura do actual presidente da Câmara de Sintra à autarquia de Lisboa.

A candidatura de Fernando Seara à Câmara Municipal de Lisboa é apoiada pelo PSD e pelo CDS-PP.

“Veremos o que o TC diz sobre essa matéria. Se houver uma questão na lei, então faz todo o sentido que os partidos alterem a lei, porque, quer o PS, quer o PSD, que votaram esta lei, acham que a lei não tem esta interpretação”, sustentou Passos Coelho.

O Tribunal da Relação de Lisboa (TRL) decidiu manter a decisão do Tribunal Cível de Lisboa, mantendo o impedimento de Fernando Seara de se candidatar à Câmara da capital portuguesa.

Contactado pela agência Lusa, o presidente da Câ-

mara de Sintra afirmou que ainda não foi notificado da decisão, escusando-se a comentar a decisão e a prestar mais esclarecimentos.

Depois do acórdão da Relação de Lisboa sobre o recurso de Seara relativamente à providência cautelar que foi interposta contra a sua candidatura, já não existe recurso possível para o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), podendo ocorrer contudo um eventual recurso para o TC, uma vez que questões de constitucionalidade foram invocadas no recurso.

Caso esta decisão do tribunal superior transite em julgado, Fernando Seara (PSD) fica impedido de se candidatar à presidência da Câmara Municipal de Lisboa nas eleições de 29 de Setembro.

Uma “instituição financeira especializada” vai utilizar fundos estruturais

O Governo está a trabalhar na criação de uma “instituição financeira especializada”, que vai utilizar fundos estruturais para facilitar o financiamento às PME, disse na mesma conferência de Imprensa o Primeiro-Ministro.

“Estamos a trabalhar na criação de uma instituição financeira especializada que vai, justamente, utilizar fundos estruturais para poder facilitar o financiamento a PME [pequenas e médias empresas], não apenas na área da exportação, também na área do mercado interno”, afirmou aos jornalistas Pedro Passos Coelho, no final da

reunião do Partido Popular Europeu (PPE).

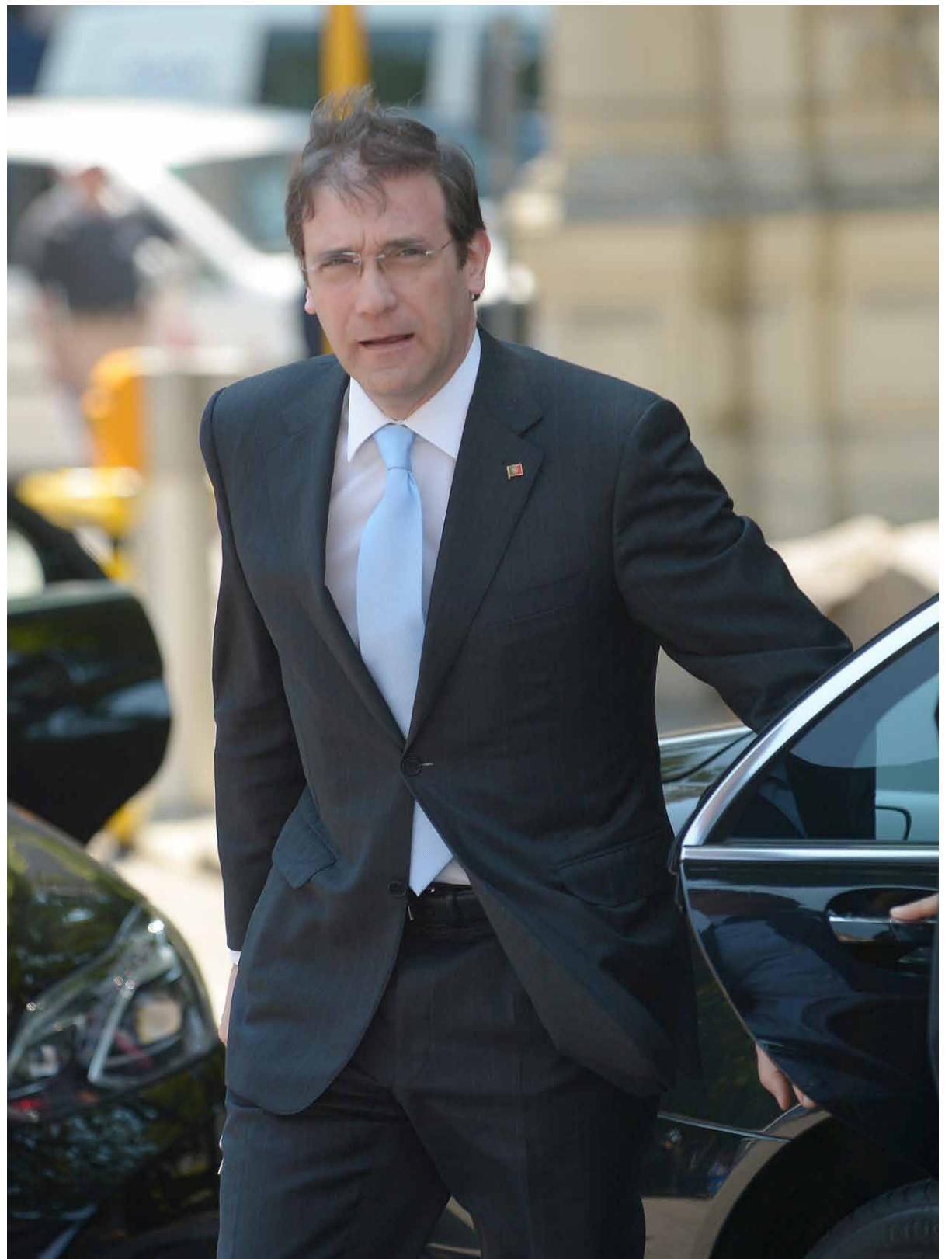
O primeiro-ministro adiantou que, durante a reunião de hoje PPE, em Viena, teve a indicação, por parte do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, de que o executivo comunitário também vai apresentar uma proposta “deste tipo” no Conselho Europeu da próxima semana, o que, no seu entender, significa que “Portugal andou à frente nesta matéria”.

Sobre a reunião do PPE, família política europeia que o PSD e o CDS-PP, Passos Coelho afirmou que o encontro trouxe “um cheirinho” do que poderá ser o manifesto eleitoral nas eleições europeias de 2014.

Este manifesto deverá ser, na opinião do primeiro-ministro, “muito focado” na transformação económica, tendo em vista uma economia que possa “gerar mais oportunidades para as pessoas, em particular para os mais jovens, que têm sido penosamente afectados, sobretudo na periferia da Europa, relativamente ao acesso ao mercado de trabalho”.

Para Passos Coelho, esta mudança “exige a construção de políticas mais sólidas”, nomeadamente ao nível do financiamento à economia real, área em que as PME assumem um “papel bastante relevante”, porque “têm uma grande capacidade de reter ou de criar emprego”.

Neste contexto, advogou o primeiro-ministro, “a dificuldade que as PME sentem no acesso ao financiamento pode ser um obstáculo maior para poder contrariar o nível elevado de desemprego”. - Fontes: Lusa, Diário Económico, Correspondente do Povo Livre



Visita de Nicolás Maduro resulta na assinatura de 14 acordos entre Portugal e a Venezuela

O Primeiro-Ministro português qualificou, no dia 18, de “excelentes” as relações políticas entre Portugal e a Venezuela, e considerou que esse “bom entendimento político” tem contribuído para o aumento das trocas comerciais entre os dois países.

Pedro Passos Coelho falava no encerramento da VIII Comissão Mista Luso-Venezuelana, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, com o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, ao seu lado.

No final desta cerimónia, nenhum dos chefes de governo respondeu a perguntas dos jornalistas. “Não é por de mais dizer que as relações políticas entre Portugal e a Venezuela são excelentes. A visita do presidente Maduro, incluída na sua primeira deslocação à Europa, é demonstrativa da vontade em aprofundar a parceria existente entre os dois países, fundada numa sólida base de confiança, amizade e compreensão mútuas”, considerou Passos Coelho, numa intervenção de menos de dez minutos.

Antes, Passos Coelho assinalou que a Venezuela vai assumir em Julho a presidência do Mercosul e defendeu que os governos português e venezuelano devem aproveitar essa oportunidade para “dar as suas mãos e trabalhar em conjunto” a favor da rápida conclusão do acordo entre esse mercado de países da América do Sul e a União Europeia.

No seu entender, o acordo entre esses dois blocos “será, sem dúvida, considerado histórico” e “representará, com certeza, uma oportunidade extraordinária para milhares e milhares de cidadãos de ambos os lados do Atlântico”.

O Primeiro-Ministro português acrescentou que o relacionamento entre Portugal e a Venezuela “assenta num sólido acervo contractual” e manifestou satisfação pelos acordos bilaterais assinados agora assinados, destacando os protocolos entre empresas portuguesas, como a construtora Teixeira Duarte, e o Estado venezuelano.

Segundo o chefe do executivo PSD/CDS-PP, a Comissão Mista Luso-Venezuelana “tem sido uma alavanca particularmente importante eficaz para o fortalecimento do relacionamento comercial entre os dois Países e os resultados concretos estão à vista de todos”.

“Reflectindo a complementaridade entre as duas economias e beneficiando do bom entendimento político existente, o volume de negócios tem vindo a aumentar significativamente entre Portugal e a Venezuela. Desde logo, a Venezuela constitui já um dos principais destinos das exportações portuguesas na América Latina”, afirmou.

Na sua opinião, existem “boas perspectivas” de aprofundamento das relações comerciais entre Portugal e a Venezuela em áreas como as infra-estruturas, portos, indústria naval, ciência, tecnologia, inovação, agro-indústria, turismo, hotelaria e audiovisual.

No seu discurso, Passos Coelho fez uma referência à comunidade portuguesa e de lusodescendentes residente na Venezuela, na qual declarou que o Governo português tem “muito orgulho”.

O Primeiro-Ministro português terminou a sua intervenção com uma “saudação especial” a Nicolás Maduro: “Senhor presidente, foi um prazer tê-lo, bem como a toda a sua comitiva governamental, em Lisboa. Volte mais vezes, com amizade e confiança”.

Eleito Presidente da Venezuela em Abril, Nicolás Maduro chegou no dia 18 de manhã a Lisboa, depois de ter estado em Roma, na segunda-feira, e viaja esta tarde para Paris.



Nesta curta visita a Portugal, o presidente venezuelano encontrou-se com o Presidente da República, Cavaco Silva, e com o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho. No final destes encontros, não houve declarações à comunicação social.

Palavras de Nicolás Maduro

Nicolás Maduro citou Fernando Pessoa para sublinhar a importância das relações com Portugal, na fase final da sua breve visita oficial a Lisboa, mas culminou na assinatura de 14 acordos bilaterais.

“Fernando Pessoa perguntava: Valeu a pena?, e respondia, ‘Tudo vale a pena se a alma não é pequena’. Valeu a pena que a alma de Portugal, do nosso Governo, nas nossas equipas, continua grande”, afirmou o líder venezuelano no encerramento da 8ª Comissão bilateral Portugal-Venezuela que decorreu à tarde no CCB, última etapa da sua deslocação de algumas horas à capital portuguesa no âmbito do seu primeiro périplo europeu.

“E vale a pena que o destino dos nossos povos continue grande. Pela nossa parte, continuaremos a ampliar o seu destino e continuar, como dizia Pessoa, a ampliar a grande alma do destino dos nossos povos”, sublinhou ao lado do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e perante uma plateia onde pontuavam membros dos governos e representantes empresariais dos dois países.

Na sua intervenção, que se seguiu ao discurso do primeiro-ministro português, o sucessor do falecido Hugo Chávez na presidência venezuelana após as renhidas presidenciais de 14 de Abril, não esqueceu a comunidade portuguesa no seu País, “que marcou os últimos 50 anos”, e elogiou o “mapa de relacionamento” que se foi construindo “com novas fórmulas” entre Lisboa e Caracas.

“Nas 13 áreas de cooperação bilateral fomos no fundamental generosos, na área energética, mineira, infra-estruturas, construção civil, comércio, área finan-

ceira, saúde, turismo, alimentação, cultura”, recordou.

Maduro destacou ainda os “14 acordos” assinados esta tarde, reveladores de um “clima de confiança política, económica e humana, que afinal é a que engloba toda a confiança se trabalharmos numa base de respeito”.

Uma relação bilateral também baseada na “comunicação permanente, com base no interesse no progresso e prosperidade comum dos povos” e que permitiu a assinatura “de acordos muito importantes e interessantes”.

O chefe de Estado destacou ainda a importância da realização de oito comissões mistas em quatro anos, uma média de duas anualmente, “porque permite dar continuidade e pressão para que os projectos não adormeçam, para que a vontade política dos nossos Governos não caia no vazio”.

Um processo de crescente aproximação que permitiu a Maduro convocar a memória do ex-chefe de Estado, que o designou como sucessor antes da sua morte, em 5 de Março, devido a um cancro na zona pélvica.

“Dá-nos uma grande alegria porque tudo isto foi sonhado pelo comandante Chávez. O Presidente Hugo Chávez sonhou com uma relação estreita e forte Portugal-Venezuela. E encontrou-se a oportunidade em 2008, e queremos agradecer ao primeiro-ministro Passos Coelho e ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas e a todo o Governo de Portugal para ter mantido esta opção de cooperação, de trabalho conjunto, muito importante para o nosso país”.

Maduro recordou ainda que a Venezuela se mantém empenhada num “grande objectivo de desenvolvimento industrial, com transferência de tecnologia e desenvolvimento de infra-estruturas, desenvolvimento agro-alimentar”, voltando a destacar a importância das conclusões da 8ª comissão mista entre os dois países.

“Vamos muito satisfeitos pelo facto de a 8ª comissão ter permitido manter o ritmo de crescimento na qualidade dos projectos e nas áreas de cooperação”, frisou. – Fonte: Lusa

Conselhos de Ministros de 19 e 22 de Junho de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que autoriza a revisão do regime sancionatório aplicável no âmbito do regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas.

Esta proposta não só estabelece valores de coimas mais desincentivadoras da prática de ilícitos, como pune a tentativa da prática dos mesmos e prevê expressamente um agravamento do montante da coima para os casos de reincidência.

Está previsto, nomeadamente, uma coima entre 20 mil e 40 mil euros para os casos de abertura ou funcionamento de estabelecimento que não se encontre licenciado nem disponha de autorização provisória de funcionamento válida.

É ainda estabelecido que nos casos de reincidência, os limites mínimo e máximo da coima são elevados em um terço do respectivo valor.

Esta proposta vem responder à necessidade premente de combater as práticas ilícitas, sancionando-as de forma rigorosa, particularmente no que concerne ao exercício ilegal de actividades de apoio social, que funcionam ao arripio dos mais elementares direitos dos cidadãos, adultos e crianças ou jovens institucionalizados, e que o Estado tem o dever de proteger, regulando mais eficazmente, porque envolvem pessoas em situação de grande vulnerabilidade social.

É, por outro lado, actualizado um regime que se encontra claramente desajustado, nomeadamente no que respeita aos valores das coimas que não são alterados desde 1997.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros, e outras infra-estruturas.

Esta proposta de lei visa dotar as autarquias e demais autoridades administrativas e policiais de instrumentos que têm em vista melhor prevenir e reprimir acções de vandalismo e a utilização desregulada dos espaços públicos, desrespeito pelo património e pela propriedade, preservando o espaço urbano.

3. O Conselho de Ministros aprovou a orgânica do Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE, I.P.), que sucede ao Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE), conferindo-se a este organismo, em cumprimento do Programa do Governo, um estatuto de plena independência técnica, pedagógica e científica traduzido no enquadramento institucional escolhido, na composição e funcionamento dos seus órgãos e nas regras de designação dos respectivos titulares.

Com o novo estatuto, o IAVE irá alargar o âmbito de actuação e colaboração com universidades e com a sociedade civil.

4. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime jurídico dos medicamentos de uso humano, transpondo um conjunto de directivas comunitárias, de forma a acompanhar os recentes desenvolvimentos ao nível do direito da União Europeia, designadamente no que respeita a medicamentos falsificados e a farmacovigilância.

São ainda aprovadas alterações no sentido de criar uma subcategoria de medicamentos não sujeitos a receita médica que, atendendo ao seu perfil de segurança ou às suas indicações, apenas podem ser dispensados em farmácias. Trata-se de uma decisão que segue a evolução do Sistema Europeu de Avaliação de Medicamentos que aconselha a introdução desta nova categoria de medicamentos.

5. Conselho de Ministros aprovou ainda uma outra proposta de lei sobre os requisitos de acesso e exercício da actividade das Empresas de Manutenção de Instalações de Elevação e os requisitos de acesso e exercício da actividade das Entidades Inspectoras de Instalações de Elevação e dos seus profissionais.

Também esta proposta visa conformar o regime em causa com o diploma que transpõe a directiva comunitária sobre os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços, reduzindo ou eliminando obstáculos supérfluos ou desproporcionados, bem como com a directiva relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

6. O Conselho de Ministros aprovou um diploma relativo às normas a aplicar aos equipamentos marítimos a fabricar ou a comercializar em território nacional ou a instalar em embarcações nacionais, transpondo uma directiva comunitária.

São incorporadas normas de ensaio detalhadas adoptadas pela Organização Marítima Internacional e pelas organizações europeias de normalização, contribuindo assim para o aumento da segurança dos equipamentos e utilizadores, bem como para a redução da poluição do meio marinho.- Fonte: Gab. CM



Assinalando o 2.º aniversário do Governo

«O Governo conseguiu estabilizar uma situação financeira particularmente grave para Portugal e está agora numa situação de oferecer esperança aos portugueses mas é uma esperança assente na verdade, assente no realismo», afirmou o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, ao apresentar as conclusões do Conselho de Ministros informal, que assinalou o segundo aniversário da sua tomada de posse, em Alcobaça.

Na reunião, o Governo discutiu os objectivos para os próximos dois anos: «um País e uma economia mais competitivos, capaz de singrar no mercado aberto, europeu e global» e que «esteja em condições de oferecer aos portugueses maior mobilidade social».

Miguel Poiars Maduro referiu também que o Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, apresentou a linhas do guião para a reforma do Estado, tendo havido uma «reflexão muito viva, muito franca» sobre o assunto, que foi um dos pontos fulcrais do Conselho, embora sem qualquer decisão, acrescentou.

O Ministro afirmou igualmente que o Governo irá «iniciar políticas de proximidade» na relação do Estado com o cidadão, «reforçar políticas de transparência» e promover «uma posição clara, articulada, de Portugal no contexto europeu».- Gab. Imp. CM

“Lei da greve deve ser clarificada em alguns casos excepcionais”

O ministro da Educação defendeu, no dia 19, que a lei da greve “deve ser clarificada” e adiantou que estão a ser revistas “uma série de coisas” que permitam que, “para determinadas funções excepcionais, possam ser declarados serviços mínimos”.

Em entrevista à RTP, Nuno Crato voltou a reafirmar a sua surpresa por não terem sido declarados serviços mínimos pelo colégio arbitral nomeado para os decidir relativamente à greve de professores que decorreu na passada segunda-feira, e afirmou que a lei da greve “deve ser clarificada”, no seguimento do que já tinha sido defendido no parlamento pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

Passos Coelho anunciou no dia 14 de Junho que o Governo tomará a iniciativa de rever a lei, no sentido de assegurar a estabilidade dos exames nacionais, no caso de esta não ser garantida por decisão judicial.

“Se a interpretação é de que a lei, de facto, não protege a estabilidade dos exames, não obriga à fixação de serviços mínimos, então eu assumo aqui publicamente o compromisso de que o Governo tomará a iniciativa de alterar a lei para impedir que todos os anos as famílias estejam sujeitas, e os estudantes, a estas alterações”, afirmou durante o debate quinzenal na Assembleia da República.



No dia 19, Nuno Crato disse que o Governo “vai avançar com uma iniciativa que vai enquadrar todo este problema” e que estão a ser revistas “uma série de coisas”.

Questionado ainda sobre se entendeu o avanço dos professores para a greve como uma falta de confiança nos docentes nas suas garantias públicas em relação às negociações com os sindicatos, Nuno Crato declarou que não tem que dar explicações, mas admitiu ter que “interpretar e ouvir os sinais dados pelos professores”, aos quais, garantiu, está “muito atento”.

O responsável pela pasta da Educação admitiu ainda “um desconforto” dos docentes com a governação de uma forma geral, mas trabalharemos para restabelecer a confiança e respeito mútuos. «Afinal, ao fim e ao cabo, a razão da nossa existência é algo muito definido: o conjunto dos nossos estudantes!» - Fonte: Lusa

Matos Rosa em Viena de Áustria representou o PSD na reunião do PPE

O Secretário-Geral, José Matos Rosa, esteve na quinta-feira, 20 de Junho pelas 17h00, numa reunião promovida pelo Partido Popular Europeu na Kursalon Hübner, Johannesgasse 33, em Viena, Áustria, representando o PSD, membro destacado daquela que é a maior formação política europeia e a que detém mais eurodeputados no Parlamento Europeu

O objectivo deste encontro foi juntar os Secretários-Gerais dos partidos afectos ao PPE, para articularem uma estratégia em relação às eleições europeias de 2014.



Poiães Maduro em Vila Pouca de Aguiar

“Estamos a preparar um futuro melhor para os portugueses”

Depois do Conselho de Ministros informal, o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, visitou Vila Pouca de Aguiar e, naquela localidade, que se encontrava em festa, arregaçou as mangas, meteu as mãos na corda e juntou-se às cerca de 700 pessoas que puxaram uma pedra de 14 toneladas, tradição popular que é um dos momentos mais altos da Feira do Granito, que terminou nesse dia.

“Quando puxam todos é muito mais fácil”, afirmava, no final do arrastão, Miguel Poiães Maduro.

A ajuda do governante não estava prevista no programa, mas Poiães Maduro não hesitou em juntar-se à população.

Muitos até aproveitaram para brincar com a situação, comentando que o ministro estava a “puxar pelo País”.

Ainda durante os preparativos, Poiães Maduro brincava: “Não basta fazer força, temos de coordenar os nossos esforços!”.

À ordem de partida, os participantes no arrastão começaram todos a fazer força, uns mais e outros menos. A meio do trajecto a voz no microfone pedia para puxarem mais para a “direita” e no final, o colega de corda do ministro agradeceu a ajuda.

“Quem fez força foram eles”, respondeu Poiães Maduro.

Miguel Leite gostou de ter o Ministro ao seu lado. “Nunca pensei que ele tivesse tanta força, ficamos contentes só com a presença dele. Ele também pode estar contente connosco, porque aqui em Vila Pouca de Aguiar não levou assobios, como agora se tornou costume assobiarem os governantes, sabe-se lá porquê”, referiu.

O arrastão é, segundo a organização, um “regresso às origens que pretende homenagear a pedra rainha da região, o granito, e destacar a força e a determinação das gentes do interior”.

Antigamente, antes de se recorrer à ajuda dos animais, era com a força dos braços do homem que se transportavam as pedras para a construção de casas ou



monumentos.

Para dar força aos participantes é servida uma “poção mágica”.

Já antes, durante o discurso no recinto da feira, Poiães Maduro falava sobre esta tradição.

“Pode ser que eu leve comigo para Lisboa um pouco da poção mágica para ajudar a arrastar as pedras que também temos por lá. Essa poção mágica é sobretudo o esforço conjunto de todas as pessoas e é disso que necessitamos”, afirmou o governante.

Miguel Poiães Maduro destacou o sector do granito em Vila Pouca de Aguiar, que representa um volume de negócios de cerca de 100 milhões de euros por ano, e que, segundo o Ministro, “aumentou a cadeia de valor”

neste concelho.

“O granito em Vila Pouca de Aguiar é um exemplo daquilo que deveríamos ter em todo o País. A aposta é dar valor, trazer valor a produtos tradicionais, a produtos da terra”, salientou.

Acrescentou ainda que, “grande parte da competitividade de Portugal, não passa necessariamente por empresas de tecnologia, passa sobretudo, em muitas áreas, por trazer inovação, conhecimento e novas capacidades a produtos tradicionais”.

Um empresário que apresenta motivos de queixa pelos sacrifícios actuais

Na sequência da intervenção de um expositor da Feira do Granito de Vila Pouca de Aguiar, que referiu que se devia pensar mais no presente e nas dificuldades que os portugueses estão a viver neste momento, o Ministro-Adjunto afirmou que um dos problemas de Portugal é que pensou, durante muitos anos, só no presente - sem antecipar e planear o futuro.

O empresário tinha-se lamentado, afirmando que “...eu tenho uma empresa e vivo dentro da empresa, porque não tenho condições para ter um apartamento”, afirmou, mas não se quis identificar, porque “não quero protagonismo”.

Poiães Maduro prometeu que falava no final na sessão e falou. Reacção mais intempestiva teve o presidente da Câmara de Vila Pouca de Aguiar, Domingos Dias que não gostou que este empresário tivesse “interrompido” a sessão.

Questionado pelos jornalistas sobre esta interrupção, o Ministro disse que compreende que as pessoas sintam dificuldades com os sacrifícios que estão a passar, e que compreende os protestos, sobretudo quando são genuínos.

“Mas também, como lhe disse a ele, eu acho que um dos problemas do País é que pensou durante muitos anos só no presente sem antecipar, sem planear o futuro”, referiu.

Poiães Maduro reconheceu as “grandes dificuldades que as pessoas atravessam, os sacrifícios que isso implica para muitos portugueses”.

“Mas sei que lhes estamos a preparar um futuro melhor, sei que os portugueses têm consciência disso e que estão disponíveis para aceitar certos sacrifícios se eles tiverem como consequência o futuro melhor, um futuro mais sustentável para os seus filhos”, frisou.

Acrescentou ainda que o Governo está a procurar “oferecer esperança aos portugueses”, mas uma esperança “assente na realidade”.

“Durante muito tempo este país viveu fora da realidade e, nesse sentido, para nós é fundamental que a esperança que vamos oferecer aos portugueses, que o futuro que estamos a preparar aos portugueses, seja a partir da verdade, a partir da realidade, foi isso que eu disse ao senhor e é para isso que estamos a trabalhar”, frisou.

Questionado também sobre os boatos que têm circulado sobre tensões entre Bruxelas e o FMI e que podem ditar o fim da ‘troika’, o Ministro não quis comentar este tipo de questões “nem aqui nem agora”. - Fonte: Lusa

Marco António Costa esteve na apresentação de Rui Rocha a Ansião

Mais de mil pessoas fizeram questão de marcar presença, no Sábado, dia 22 na apresentação pública de Rui Rocha ao eleitorado de Ansião.

O Vice-Presidente do PSD, Marco António Costa presidiu a este momento simbólico e realçou ao PSD@TV, o trabalho que Rui Rocha tem feito para melhorar o município de Ansião e que a sua recandidatura é a melhor solução. “Esta é a continuação de um projecto político de desenvolvimento sustentável deste Concelho, assente numa política de modernidade do território, de rigor mas, acima de tudo, de coesão social”.

Foi com alguma emoção que Rui Rocha constatou a quantidade de apoiantes que demonstraram estar a seu lado neste dia simbólico para o futuro de Ansião: tendo a certa altura, afirmado. “São actos como este, de presença e participação, de dizer sim à chamada, que ainda nos aumentam os níveis de empenho e determinação com que nos apresentamos ao nosso eleitorado”.

O candidato destacou que tudo está a ser feito para a conquista da vitória eleitoral neste próximo desafio. “Com esta vontade de trabalhar pelo concelho de Ansião - porque é isso que nos move em primeiro lugar - julgo que estão reunidas as condições para termos uma grande vitória no próximo dia 29 de Setembro”.

Fernando Costa, Presidente da Comissão Política Distrital de Leiria, Fernando Marques, Presidente da Comissão Política Concelhia de Ansião, Paulo Batista e Pedro Pimpão, Deputados à Assembleia da República, Margarida Balseiro Lopes, Presidente da JSD Distrital e Bruno Martins, líder da JSD local, também marcaram presença.



Matos Rosa apresentou o candidato autárquico do PSD a Borba

O Secretário-Geral do PSD, José Matos Rosa, esteve no passado sábado dia 22, pelas 17h00, na sessão de apresentação do candidato do PSD à Câmara Municipal de Borba, Benjamin Espiguinha, cerimónia que se desenrolou no parque das viaturas dos Bombeiros Voluntários de Borba.

Benjamin Espiguinha é a aposta social-democrata para liderar o concelho de Borba, com o lema ‘Confiança na mudança’.

O Secretário-Geral Nacional do PSD esteve presente e demonstrou publicamente toda a sua confiança no trabalho do candidato.

Matos Rosa destacou mesmo que os doze anos de governação socialista do concelho estão a chegar ao fim e que Benjamin Espiguinha será o próximo presidente da autarquia: «Nós vamos ter um grande candidato, vamos ter uma grande equipa e vamos ter um bom projecto para esta Câmara, o que equivale a dizer que vamos ter no próximo dia 29 de Setembro o nosso companheiro Benjamin Espiguinha como Presidente da Câmara Municipal de Borba»

Benjamin Espiguinha sublinhou que um melhor futuro de todos os borbenses é o objectivo fundamental do seu projecto político: «Tenho a certeza que, em conjunto, vamos apresentar aos Borbenses um projecto de mudança no qual a maioria se irá rever»

O candidato social-democrata fez questão de realçar o espírito de motivação que existe na sua equipa de trabalhos «Estamos com vontade e estamos entusiasmados. É preciso ganhar a Câmara por Borba e pelos Borbenses»



António Costa da Silva, Presidente da Comissão Política Distrital de Évora, Paulo Ferreira, Candidato à Assembleia Municipal de Borba, autarcas e dirigentes locais do PSD, também demonstraram publicamente estar lado-a-lado com Benjamin Espiguinha neste desafio.

Moreira da Silva na apresentação da candidatura de Gastão Neves a Leiria



Na sexta-feira, dia 21, um grande número de leirienses juntaram-se para demonstrar todo o seu apoio o candidato à Câmara Municipal.

O Primeiro-Vice-Presidente e coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva, esteve presente e destacou as qualidades de Gastão Neves, garantindo que esta é a aposta certa para liderar Leiria. "Este candidato, Gastão Neves, tem um discurso, tem uma experiência, tem um programa que está totalmente alinhado com o espírito de Leiria".

Após agradecer a presença de todos, o candidato explicou o lema da sua candidatura. "Leiria somos todos nós, e por isso, ouvir e estar com as forças vivas de Leiria, é e será sempre o nosso lema".

"Esta é a ideia dominante que pretendemos imprimir ao nosso programa de acção. Porque só assim teremos projectos e ideias com possibilidade de implementação no terreno".

Gastão Neves destacou também o quanto motivado se sente perante este desafio eleitoral e que no seu projecto político, tanto os jovens como os idosos não serão esquecidos. "Estou muito motivado. Acima de tudo este é um desafio de responsabilidade enorme, mas temos ao nosso lado apoios em todos os sectores transversais da sociedade, sobretudo na juventude e nos idosos".

Álvaro Madureira, Presidente da Concelhia de Leiria, Sofia Manso, líder da JSD local, Rui Rocha, Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Leiria, Jorge Arroiteia, Mandatário da Candidatura, também estiveram presentes.

Matos Rosa em Portalegre para o acordo de Coligação PSD/CDS-PP para as autárquicas

O Secretário-Geral nacional do PSD, José Matos Rosa, esteve, às 18 e 30 de ontem, na assinatura do Acordo de Coligação PSD/CDS-PP, em Portalegre para as eleições autárquicas

A assinatura foi celebrada na terça-feira 25 de Junho, em presença e com participação dos mais elevados dirigentes locais dos dois partidos.

A coligação adoptou o lema "Portalegre com orgulho" e a sede da candidatura é na R. General Conde Jorge Avilez, 4.



Luís Menezes

“O PS habituou o país a não apresentar propostas”

No final do debate de avocações do Orçamento Rectificativo, o deputado Luís Menezes referiu-se a uma das propostas feitas pelo BE e que é reveladora da demagogia da oposição. Recorda o vice-presidente da bancada do PSD que os bloquistas defendiam a nacionalização das Parcerias Público-Privadas. Na opinião do deputado, trata-se de uma proposta irresponsável que é apresentada num momento em que este Governo conseguiu cortar as PPP em mais de 300 milhões de euros só para este ano. “Infelizmente as PPP foram usadas, por sucessivos governos, de forma excessiva. E é bom lembrar que das 25 parcerias que foram estudadas na Comissão de Inquérito, 22 foram assinadas e responsabilidade do PS”.

De seguida, o social-democrata centrou-se na “falta de vergonha” dos socialistas em recusar-se apresentar ideias e propostas. “Impressiona a falta de vergonha do PS, que decidiu aderir à extrema-esquerda e que não assume uma proposta. Chega a ser confrangedor. Ainda na sexta-feira esta bancada desafiou o PS a dizer qual a sua posição sobre a greve dos professores. E nem não nem sim. O PS habituou o país a não apresentar propostas”.



Miguel Santos

O PS e o fado de destruir as finanças portuguesas



Miguel Santos referiu-se, na quarta-feira, dia 19, a um dos “fadros e sinas” de que Portugal padece. Na sequência de uma declaração política do PS, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD lembrou que esse fado e essa sina verificou-se quando o Governo do engenheiro António Guterres acabou num “pântano” e com as finanças públicas em situação de descontrolo e, nessa altura, os portugueses chamaram um Governo com uma participação forte do PSD para pôr as finanças públicas em ordem.

Mais recentemente, tivemos um novo fado e sina, com um novo Governo do PS, desta vez encabeçado por José Sócrates, onde mais uma vez esse Governo voltou a entregar o país numa situação e desequilíbrio tão grave e tão profunda que levou à necessidade de se pedir uma ajuda internacional para se conseguir fazer face às despesas e encargos que o país tinha de enfrentar. Aí, mais uma vez, os portugueses voltaram a chamar o PSD para este trabalho patriótico que está a ser feito.

De seguida, Miguel Santos centrou-se num tema convocado pelos socialistas: a greve dos professores. Para o social-democrata, o dia de exame não é um dia único e singular, é um encadeamento de todo um processo de avaliação que tem dias marcados consecutivos e que tem actos consequentes por parte dos professores. “Quando a greve é marcada para um dia de exames nós entendemos que foi uma muito má escolha, independentemente do direito inalienável de greve”.

De acordo com o deputado, aquilo que os portugueses pretendiam saber e não conseguiram foi a posição do líder do PS sobre esta greve. “Soubemos que ele afirmou que não tinha opinião, mas há quem tenha. O senhor deputado Francisco Assis tem opinião: ‘Considero ignóbil uma greve de professores para o primeiro dia de exames nacionais, é como se os médicos decidissem fazer greve às urgências hospitalares’”.

Ricardo Rio irá criar um banco de medicamentos para doentes oncológicos



Ricardo Rio, líder da coligação "Juntos Por Braga", reuniu com a Associação Minhota de Apoio ao Doente Oncológico de Senologia (AMADOS), dia 20 de Junho. Célia Ribeira e Edite Dias, presidente e tesoureira da Associação, respectivamente, estiverem presentes nesta iniciativa.

O líder da coligação aproveitou a reunião para expressar o compromisso da futura gestão municipal com a criação de novos instrumentos de apoio aos doentes oncológicos do concelho, nomeadamente, a criação imediata de um banco de medicamentos de apoio aos doentes oncológicos. O candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga pretende dar um apoio a estes cidadãos, numa fase particularmente exigente das suas vidas, também do ponto de vista financeiro, e contribuir para eliminar as situações discriminatórias que ainda persistem do ponto de vista da oferta generalizada de cuidados de saúde à população.

A este respeito, Célia Ribeira ilustrou com o facto de doentes com o cancro de mama não terem acesso no Hospital de Braga a medicamentos que são distribuídos gratuitamente noutras unidades de saúde do país, e lembrou a falta de apoios na aquisição de ajudas técnicas.

Como explicaram as responsáveis pela AMADOS, o objectivo da associação é apoiar as mulheres que sofrem de cancro da mama e que estão a ser tratadas no Hospital de Braga. "Até ao momento, temos uma equipa formada com cerca de 35 pessoas, sendo que a maior parte são mulheres que já passaram por esta doença - como é o nosso caso -, médicos, enfermeiros, psicólogos ou fisioterapeutas. Isto é, são pessoas com muita experiência acumulada, que sabem bem o que é a doença e que estão disponíveis para ajudar as mulheres que atravessam este problema durante e após o tratamento", afirmou.

De acordo com Ricardo Rio, estas associações desempenham um papel essencial numa fase complicada da vida das pessoas. "Lutar contra uma doença como o cancro exige uma enorme coragem e força de vontade. Nesse sentido, é extremamente importante que existam associações que estão disponíveis para dar a mão às pessoas e ajudá-las a atravessar todo o processo", elogiou.

O apoio psicológico às mulheres que estão no processo de tratamento da doença e a comunicação dos seus direitos e deveres são apontados como fatores fundamentais pelos elementos da direção da AMADOS. "As pacientes que se encontram nesta situação estão muito vulneráveis psicologicamente e necessitam de um encaminhamento para não se sentirem totalmente perdidas e entrarem em desespero. Foi o que aconteceu no nosso caso, pelo que queremos preencher essa lacuna e evitar que o mesmo se passe no futuro com outras mulheres", garantiram, salientando que é essencial apoiar, informar e acarinhar as pacientes nesta fase, dando-lhes conhecimento sobre a doença e sobre quais os melhores procedimentos a adotar: "É muito fácil perdermo-nos na linguagem técnica usada pelos médicos, pelo que as mulheres necessitam de alguém que lhes explique de forma mais simples o que está a acontecer para que possam tomar decisões conscientemente".

Casa para receber doentes é prioridade

Célia Ribeiro evidenciou que o grande objetivo da associação passa por possuir instalações próprias a curto prazo. "Queremos sair das instalações da Junta de Freguesia de Gualtar, onde estamos sediadas neste momento, para uma casa/sede onde tenhamos condições para receber e ajudar as doentes e os seus familiares. Precisamos de um espaço onde as pessoas possam pernoitar, porque permitiria às mulheres reunirem-se e partilharem experiências, ao mesmo tempo que daria às pessoas que são de fora de Braga um sítio para ficar durante os tratamentos", salientou, notando que o objetivo é que a casa funcione como um abrigo temporário, onde as pessoas possam ficar durante uma ou duas noites e assim evitar as viagens de ida e volta para o Hospital de Braga.

Por seu turno, Ricardo Rio afirmou que a AMADOS pode contar com o apoio do "Juntos Por Braga". "Faremos o que estiver ao nosso alcance para que esta associação disponha de todas as condições que necessita para desenvolver a sua actividade. É obrigação de uma autarquia ajudar e dar todo o seu apoio a causas nobres e solidárias como esta", reforçou.

No dia 29 de Junho, a AMADOS irá organizar um concerto solidário no Parque de Exposições de Braga. Esta iniciativa será o primeiro grande evento da associação, que foi fundada este ano, e será também simbolicamente o ponto de arranque e de conhecimento público da AMADOS. Célia Ribeiro sublinhou a importância destes eventos para as mulheres com cancro da mama e apelou à participação de todos: "Este tipo de iniciativas é importante porque nos possibilita angariar fundos, mas é principalmente fundamental para evitar que as mulheres que estão a lutar contra a doença se isolem, vitimizem ou escondam. O facto de criarmos atividades lúdicas permite que se divirtam, convivam com outras pessoas e encarem o mundo de forma mais positiva. Todos estão convidados a participar nesta enorme festa".

Proposta socialista “afasta os açorianos de cuidados de saúde”



O presidente do PSD/Açores aconselhou o governo regional a apresentar uma nova proposta sobre a reestruturação do Serviço Regional da Saúde “mesmo que esta mantenha o nome para fingir ou esconder que mandou a actual para o lixo”. Duarte Freitas, que falava no plenário do Parlamento regional, considerou que “a proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde apresentada pelo governo regional e defendida pelo Partido Socialista é uma má proposta para as açorianas e para os açorianos porque corta serviços onde foi prometida a sua ampliação e amputa especialidades onde foi prometido o seu incremento”. “Afasta os açorianos de cuidados de saúde”, disse.

Na verdade, reforçou, “a proposta do governo regional é má porque, os açorianos vão passar a ter de se deslocar mais vezes e mais longe para poder aceder a cuidados de saúde. Vão ter mais despesas e cuidados de saúde mais distantes”.

Duarte Freitas recordou ainda que “ao contrário do que tem sido dito, esta proposta não resulta de compromisso eleitoral nenhum. Ela representa a quebra de muitos compromissos eleitorais do Partido Socialista para a Saúde”.

O líder dos sociais-democratas açorianos manifestou-se, ainda, convicto de que “até ao dia 1 de Setembro virá o governo, seguramente, apresentar a sua proposta como a vitória do diálogo socialista”. “Não é bem assim”, alertou.

“Se até ao dia 1 de Setembro, os cidadãos do Nordeste, da Ribeira Grande ou da Praia da Vitória, por exemplo, ouvirem que o seu centro de Saúde não vai fechar à noite, isso não se deve ao diálogo socialista. Não fossem os cidadãos desses lugares, os seus autarcas, até os seus autarcas socialistas que recusaram o diálogo socialista, os profissionais de saúde, os deputados da oposição e alguns deputados socialistas, o acesso à saúde para esses açorianos seria pior

e mais distante”.

“Se até ao dia 1 de Setembro, os terceirenses, os jorgenses, ou os faialenses, por exemplo, ficarem a saber que afinal as especialidades dos hospitais vão continuar e talvez até mais uma ou outra nos próximos 50 anos, não se admirem. Mas isso não se deve ao diálogo socialista. Isso deve-se aos açorianos dessas e de outras ilhas, aos seus autarcas, ao seu conselho de ilha, aos profissionais da saúde, aos partidos da oposição e a um ou outro deputado socialista”, acrescentou.

Assim, referiu, “para o PSD/Açores o mais importante é que o governo regional apresente uma nova proposta”. “Isso significa que os açorianos vão continuar a ter aquilo em que todos têm a mesma opinião: os Açores têm um bom Serviço Regional de Saúde, com uma boa proximidade mas que se está a degradar por problemas de sustentabilidade, mesmo que o governo regional não goste muito de falar nisso e o queira esconder”, concluiu.

José Manuel Bolieiro rejeita “megalomanias” e garante “apoio aos mais necessitados”

O candidato do PSD/Açores à presidência da Câmara Municipal de Ponta Delgada, José Manuel Bolieiro, garantiu que “tudo fará” pelo apoio social aos mais necessitados, em detrimento de projectos megalómanos e investimentos “sem sustentabilidade”. “Não faremos nada por megalomanias e investimentos sem sustentabilidade e faremos tudo pelo apoio social aos mais necessitados”, afirmou José Manuel Bolieiro, durante a apresentação da candidatura de João Carlos Silva a presidente da junta de freguesia de Feteiras, dia 22 de Junho.

O candidato social-democrata salientou que o actual momento de dificuldades e crise económica “não pode significar a anulação da política de apoio social”. “O que temos de fazer é anular o que não tem prioridade, de modo a manter ou até aumentar o que é prioritário e urgente, designadamente o apoio social”, frisou.

José Manuel Bolieiro assegurou igualmente que a Câmara de Ponta Delgada não criará obstáculos à iniciativa privada, alegando que só desta forma se pode gerar emprego. “Não faremos nada pela concorrência pública à iniciativa privada porque queremos apostar na garantia do sucesso dos empreendedores do concelho, os únicos capazes de gerar emprego e dar trabalho aos nossos jovens”, disse.

O candidato do PSD/Açores à presidência do executivo de Ponta Delgada anunciou também o reforço das verbas transferidas para as juntas de freguesia do concelho, à semelhança do que já aconteceu este ano, para que “possam contar no início de cada ano com a certeza dos meios financeiros que vão ter”.

“Em 2014, o meu compromisso é assegurar o triplo das verbas para as 24 juntas de freguesia do concelho face a 2012. Vamos transferir um milhão e meio de euros, independentemente dos cortes que a nível nacional possam ocorrer à câmara de Ponta Delgada”, sublinhou.

Segundo José Manuel Bolieiro, com este reforço de verbas os presidentes das juntas de freguesia podem concretizar os compromissos eleitorais que assumiram perante as populações, “podendo resolver as questões mais importantes para as suas freguesias”.

O candidato social-democrata garantiu ainda que vai proceder a uma alteração do Plano Director Municipal com o objectivo de “valorizar a pequena indústria” existente nas freguesias rurais do concelho. “As Feteiras são um exemplo paradigmático. Existe aqui uma pequena indústria [de transformação de carnes], empregadora de muita gente e importante para a economia da freguesia, cuja expansão tem sido dificultada por causa do Plano Director Municipal”, referiu.

José Manuel Bolieiro assegurou que pretende uma alteração do Plano Director Municipal que permita que as pequenas indústrias existentes nas freguesias rurais aí se mantenham, possibilitando assim a fixação das pessoas e “combatendo a desertificação”.

José Manuel Bolieiro elogiou João Carlos Silva, o candidato do PSD à Junta de Freguesia de Feteiras, cuja experiência autárquica “garante a continuidade do bom trabalho feito nos últimos anos”.





Povo Livre

Director: José Silva Marques

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 418 • 28 de Julho de 1982 • Preço 15\$00



Secretário de Estado da Administração ao "P.L."

VETAR LEI ELEITORAL SERIA OBEDECER À VONTADE DO PC

"Nesta altura a situação é muito clara: apenas o PC quer o veto à lei eleitoral. Será, portanto, lícito concluir que um veto nestas circunstâncias significa obedecer à vontade do PC" — afirmou ao "Povo Livre" o secretário de Estado da Administração Interna, a propósito da anunciada intenção presidencial de vetar a lei eleitoral.

Carlos Encarnação, que revela a intenção do Governo em efectuar uma alteração ao código eleitoral, é de opinião que o veto oposto pelo CR à lei do recenseamento foi um gesto "eminente político".

"Povo Livre" — Ultimamente, a opinião pública tem sido despertada para problemas ligados à legislação eleitoral. Corresponde tal facto a uma medida pontual ou a iniciativas estruturais que neste campo se empreendam?

Carlos Encarnação — O direito eleitoral é um direito primeiro da ordem jurídica do Estado. Neste sentido, quando um Estado caminha para a afirmação da democracia plena e para a

estabilidade é a ocasião de aperfeiçoar e actualizar os instrumentos jurídicos que permitam a participação dos cidadãos.

Nesta altura procedemos a uma revisão do conjunto do direito eleitoral português. Começámos pela lei do recenseamento eleitoral, seguiu-se a lei das eleições para as autarquias e ambicionamos culminar o processo com a apresentação do código eleitoral, na próxima sessão legislativa.

A lei do recenseamento era fundamentalmente caracterizada por propostas inovadoras, no sentido da facilitação do recenseamento dos portugueses residentes no estrangeiro e da facilitação, também, do desdobramento das assembleias eleitorais no território nacional, nos casos em que, por razões de distância ou de dificuldade de comunicações, se aconselhasse tal procedimento.

Procurou-se ainda, dando corpo a uma afirmação antiga do PSP, promover a efectiva igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos portugueses quanto ao acto do recenseamento e à sua obrigatoriedade. Apenas com a ressalva, clara, do incumprimento legitimado quanto aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, efectivamente integrados na comunidade jurídico-política de residência ou cuja situação fosse uma forma de prejuízos de

correntes da ordem do País de residência.

"Povo Livre" — A lei do recenseamento foi declarada inconstitucional. Qual a razão de ser e os fundamentos dessa decisão?

C.E. — A lei do recenseamento eleitoral foi objecto de um parecer da comissão constitucional que concluiu pela inconstitucionalidade do artigo 74 e que referia o perfeito enquadramento constitucional das normas respeitantes à execução dos princípios da oficiosidade do recenseamento e da sua obrigatoriedade.

Entende a mesma comissão constitucional que na lei aprovada pela AR há uma obediência mais cabal e uma realização mais perfeita do primeiro daqueles princípios e salienta a isenção de censura jurídico-constitucional do sistema que da execução ao segundo princípio.

Quanto ao art. 74, de-

(Continua na pág. 4)

Tempo de antena do PSD hoje na RTP-1

O Partido Social Democrata utiliza o seu tempo de antena na RTP-1, hoje, quarta-feira, logo após o telejornal das 20H30.

O programa especialmente dedicado à acção desenvolvida pelos autarcas sociais-democratas, nele intervindo os presidentes das Câmaras da Batalha e Ourique e elementos das populações locais.

No decorrer do referido programa usará ainda da palavra o secretário-geral António Capucho.

Menéres Pimentel inaugurou novas instalações de Tribunais de Trabalho

Um discurso dirigido ao mundo do trabalho e nele aos empregados e empregadores, marcou a visita a Santo Tirso, de Menéres Pimentel, onde inaugurou as instalações do tribunal do trabalho, prosseguindo assim uma política há tempos traçada pelo seu Ministério no intuito de resolver com eficácia e rapidez, os problemas laborais conflituosos, por forma a que uma justiça mais rápida seja conseguida.

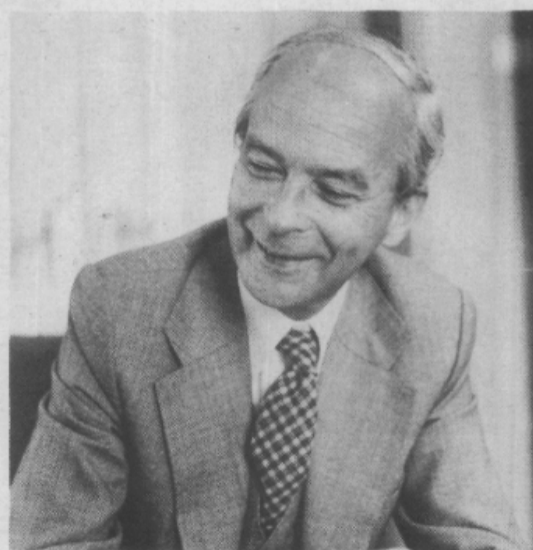
Menéres Pimentel esteve em Viana do Castelo onde, com o governador civil e técnicos do Ministério estudou as hipóteses de melhorar as instalações do actual tribunal, ficando acordado que o ministério

iria procurar, de acordo com as autoridades locais, novas instalações para os serviços de registo e notariado, libertando-se assim uma área considerável para a ampliação dos serviços do tribunal de trabalho.

De seguida, o ministro da Justiça dirigiu-se para Ponte de Lima onde, na câmara municipal apreciou os projectos de construção de um palácio de justiça, ficando decidido qual o modelo a utilizar, visitando de seguida os terrenos onde o futuro palácio da justiça será construído, após as negociações para a aquisição dos terrenos, neste momento em curso.

Seria no entanto, em Santo Tirso, onde Menéres

(Continua na pág. 3)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Fernando Condesso

**EXTINÇÃO DO CR SÓ TEM
UM SIGNIFICADO:
O PERÍODO TRANSITÓRIO
ACABOU**

Margarida Salema

VETO DE BOLSO ACABOU

(PÁGS. 6 E 11)



As armas químicas

Ângelo Correia (*)

A Administração Obama anunciou que um dos factores determinantes na condução da guerra civil que atravessa a Síria tinha sido franqueado, pois o Governo desse Estado tinha utilizado armas químicas.

Aparentemente, algo iria mudar, e o comportamento dos EUA iria ser diferente. Dir-se-ia que iriam formalmente apoiar o lado dos revoltosos contra o regime do Presidente Bashar-Al-Assad.

Quem perceber assim a realidade engana-se, como enganados estão os que traçaram aquela linha de delimitação entre o aceitável e o não aceitável. Qualquer guerra é um horror para quem a sofre. Morrer pelo fogo de armas ligeiras, pesadas, mísseis ou armas químicas é sempre morrer. O que moralmente deve contar não é tanto a forma como se morre, mas o facto de se ser morto. A fronteira a estabelecer não deve pois ser considerada em termos de armas utilizadas, mas antes entre a vida e a morte. É certo que existem Tratados Internacionais que interditam algumas práticas na guerra, entre as quais o uso de armas químicas, bacteriológicas ou nucleares. Se se considerar que a moral se sobrepõe e antecede a política, a questão decisiva está na efectivação de guerra em detrimento da promoção da paz. Acresce que, mesmo assim, se os EUA também franquearem uma etapa, e participassem no conflito ao lado dos adversários do regime sírio, estriam quase seguramente do mesmo lado da barricada da Al-Qaeda e seus aliados na região. Que ironia, ver os EUA junto aos herdeiros de Osama Bin Laden.

Isso e mais que isso, que este pequeno espaço não permite explicar, leva-me a pensar que os fundos para a continuação do conflito continuarão a fluir de algumas Monarquias do Golfo; as armas mais sofisticadas serão fornecidas pela Rússia, ou compradas com aqueles fundos a países hostis àquele regime; os combatentes virão do Mundo islâmico, seja ele do sul do Líbano, do centro do Iraque, ou, mais longe, a leste deste país. Esta guerra nunca verá um empenhamento directo e expresso das grandes potências, antes será operada por outros, cada um deles com as suas lealdades políticas expressas. A Síria, essa, será progressivamente destruída até à sua perda de vitalidade. Talvez quando as armas acabarem o conflito se suspenda. Digo "suspenda" e não "cesse", porque as raízes da guerra, essas, não acabarão tão cedo.

(*) Gestor © Correio da Manhã



Quem é Mário Nogueira?

Henrique Raposo (*)

Um professor dá aulas e Mário Nogueira não dá aulas há mais de 20 anos. Parece mentira, mas este senhor está num perpétuo horário zero há duas décadas. A sua "carreira" docente conta com 32 anos de serviço, mas, na verdade, o Glorioso Líder da Fenprof só deu aulas nos primeiros 10 anos de vida profissional. Os últimos 22 anos foram dedicados ao sindicalismo profissional. Não, Mário Nogueira não é professor, é sindicalista. O que me leva a uma pergunta óbvia: como é que alguém que não dá aulas há vinte anos pode representar com realismo as pessoas que dão aulas todos os dias?

E esta comédia sindical não se fica por aqui. Por artes burocráticas impenetráveis, Mário Nogueira tem sido avaliado como professor: recebeu o "Bom" correspondente à classificação de 7,9 obtida no agrupamento de escolas da Pedrulha, Coimbra (Correio da Manhã, Dezembro 2011). Mais uma vez, um camião de perguntas bate à porta: se não dá aulas, como é que este indivíduo pode ser avaliado como professor? Como é que se opera este milagre da lógica? Entre outras coisas, parece que conferências e artigos de jornal contam para a avaliação de Mário Nogueira. Fazer propaganda da Fenprof, ora essa, é igual ao confronto diário com turmas de vinte e tal garotos. Justo, justíssimo, justérrimo.

Se não é professor, quem é afinal Mário Nogueira? Na minha modesta opinião de contribuinte assaltado por horários zero e afins, Mário Nogueira é o verdadeiro ministro da educação. A cadeira do ministério vai mudando de dono, mas Mário Nogueira está lá sempre. Os governos sucedem-se, mas a Fenprof está lá sempre. E, com menor ou maior intensidade, as políticas educativas são determinadas pela Fenprof e não pelos governos democraticamente eleitos. A força das eleições nunca chega à tal escola pública, que é auto-gerida há décadas pela Fenprof. Curiosamente, TVs e jornais nunca fazem fogo sobre este sindicato. O poder da educação está ali, mas as redacções só sabem queimar ministros atrás de ministros. Nunca ouvi ou li uma entrevista a Mário Nogueira. Só vi e ouvi tempos de antena. Quem é Mário Nogueira? Um dos inimitáveis do regime.

(*) Jornalista, © Expresso



Os Parques de Ciência

Jaime Quesado (*)

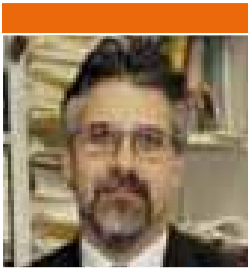
A aposta que Portugal tem feito nos Parques de Ciência e Tecnologia através da Tecparques é um compromisso com o Futuro. Pretende-se apostar em "Parques de Inovação" que se assumam como verdadeiras plataformas para um novo Modelo Estratégico para a Economia Portuguesa. Em tempo de profunda crise internacional, com a maior parte dos sectores de actividade confrontados com falta de perspectivas de recuperação, a dinamização dos Parques de Ciência é essencial. As áreas da nova economia e dos sectores tradicionais, como projectos integrados de base nacional, acabam por ser um importante teste à capacidade de encontrar novas soluções associadas à Inovação e Conhecimento, criando condições para uma nova aposta para o futuro.

O papel de empresas de referência como a Embraer, a Critical Software, a Novabase, entre outras, é decisivo. Trata-se dum movimento de "aglomeração de base" da sociedade civil, numa lógica de "eficiência colectiva" em que a capacidade regional de afirmar capacidades numa lógica mais global vem ao de cima. Os objectivos estratégicos dos Parques de Ciência são claramente um exemplo de exame à capacidade efectiva dos actores económicos de "agarrarem" o desafio da Competitividade numa forma estruturada e coerente. Impõe-se uma aposta séria nesta nova fase, mais ambiciosa, voltada para a Internacionalização e para a Criação de Valor Global.

O sucesso dos Parques de Ciência é fundamental para o futuro do país. É um objectivo que não se concretiza meramente por decreto. É fundamental que a sociedade civil agarre de forma convicta este desígnio e faça da criação destas "Novas Plataformas de Competitividade" a verdadeira aposta estratégica colectiva para os próximos anos. O que está verdadeiramente em causa em tudo isto é a assumpção por parte do país dum verdadeiro desígnio estratégico de alterar o modelo mais recente de evolução de desenvolvimento económico. Inovação, Conhecimento e Criatividade são as palavras-chave de uma estratégia centrada na criação de valor Global com efeito no Emprego e Riqueza.

A Economia Portuguesa precisa de um novo Choque. E compete também aos Parques de Ciência a liderança do Processo de Mudança. Impõem-se Parques de Ciência capazes de projectar no país uma dinâmica de procura permanente da criação de valor e aposta na criatividade. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, os Parques de Ciência não podem demorar. Têm que ser a base do futuro que queremos que seja já hoje! Para tal, a aposta em sectores chave e uma verdadeira mobilização de todos os actores do território será uma condição central.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Semear no cimento

João César das Neves (*)

Porque é que Portugal não cresce e cria emprego? Muitos sabem a resposta, falando de austeridade, troika, euro, Governo, Alemanha, etc. Essas causas são verdadeiras, mas passam ao lado do essencial. Os nossos problemas são anteriores a 2011 e razões monetárias têm fracos efeitos produtivos. Tais argumentos são como um agricultor que, queixando-se de más colheitas, invocasse os coelhos, os corvos e outras pragas e se esquecesse de mencionar ter cimentado grande parte do terreno.

Existe em Portugal uma máquina poderosíssima para destruir iniciativa, investimento, produção e emprego. Pervertendo as suas finalidades originais, muitos serviços públicos, mecanismos sociais e até algumas empresas perseguem, ferem e muitas vezes matam os projectos produtivos. Boa parte da nossa actividade e emprego dirige-se explicitamente a estragar, prejudicar e estiolar os negócios.

Crescimento e trabalho nunca podem vir senão através do investimento. A economia funciona apenas por iniciativas empresariais. Ora basta alguém contemplar a possibilidade de lançar um projecto para imediatamente se dar conta da dimensão esmagadora das forças opostas. Temos um terreno muito fértil mas coberto com uma camada de cimento.

Começa logo pela atitude social. Um empresário, pelo simples facto de o ser, fica no fundo da escala. Admiramos artistas, profissionais, trabalhadores e desconfiamos instintivamente dos negócios. Ter fins lucrativos é um argumento negativo, senão mesmo insulto. Por isso, numa discussão entre uma empresa e qualquer outra entidade - do Estado às ONG, passando por sindicatos e consumidores - antes mesmo de sabermos o assunto, já assumimos a empresa culpada.

Se alguém persistir em afrontar esse desprezo público e criar o tal negócio, tem logo à sua espera uma multidão com a função de garantir que a coisa falha. Nominalmente as suas tarefas dirigem-se a propósitos louváveis, do notariado ao ambiente, higiene, cultura, infância, cidadania, etc. Só que todas essas finalidades tão prestimosas têm como único resultado comum os enormes custos, bloqueios e dificuldades que criam à vida empresarial. Cada fiscal e inspector aparece como anjo vingador, colocando um princípio abstracto acima da vida concreta. Como as leis foram escritas por deputados com ideias vagas da realidade do sector, as oportunidades de abuso são incontáveis. Para caçar o joio arrancam muito trigo. Tudo considerado, até devemos louvar os funcionários por se aproveitarem muito menos do que podiam.

Em cima disso, os impostos esmifram estupidamente os poucos que apanham, matando neles a galinha dos ovos de ouro. As pressões políticas sobre as grandes empresas e as autárquicas sobre as médias são constantes. Dá a sensação de que produção e comercialização são actividades nocivas que devem ser reprimidas a todo o custo. De facto, no deserto e cemitério não há problemas sociais ou ecológicos.

Produzir dá muito trabalho e enfrentar os consumidores e concorrentes no mercado é extremamente exigente. Mas em Portugal essas acções económicas passam sempre para segundo plano perante as questões que vêm da lei e infra-estruturas que, alegadamente, existem para servir a todos. A lista das regulamentações diferentes, cada uma delas com inúmeros diplomas, é infundável. Das leis laborais à ASAE, das burocracias às regras ambientais, das instalações à electricidade, tudo cai sempre sobre os mesmos. Que só nas horas vagas se podem dedicar a gerir o seu negócio, inovar, investir.

Se há problemas vai-se a tribunal, e aí entra-se no mundo da ficção. As empresas são em geral suspeitas e os queixosos gozam automaticamente de preferência judicial. Quando a sentença sai, vários anos depois - o que só por si é prejuízo irreparável - raramente se corrige o dano, se não gerar novos estragos. De novo surpreende ainda haver quem pague o que deve, podendo sair incólume da transgressão. Imagine-se que há quem, de cara séria, chame "justiça" ao que aí se passa.

Portugal tem um terreno muito fértil. Não produz por causa do cimento.

(*) Professor Universitário, Economista, Cronista ©DN

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 08 de Julho de 2013, (segunda-feira) pelas 21H00, na nova sede, sita na Rua Luís António Verney, n.º 3-B, na Cova da Piedade, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações;
- 2 - Parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos do Concelho de Almada, nos termos da alínea f), do nº 2, do Artigo 53º, dos Estatutos do PSD;
- 3 - Nova Sede do PSD Almada;
- 4 - Análise da Situação Político-Partidária.

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia 05 de Julho de 2013, (sexta-feira) pelas 21H00, na sede, sita no Centro Comercial Norte Vez, Rua Nunes Azevedo, nº 77 - cave, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Aprovação das contas referentes ao Ano de 2012, nos termos da alínea d), ponto 2 do Artigo 53º dos Estatutos
- 3 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f), ponto 2 do Artigo 53º dos Estatutos - Candidatura à Assembleia Municipal
- 4 - Outros assuntos de interesse

CARCAVELOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Carcavelos, para reunir, no próximo dia 01 de Julho de 2013, pelas 21h00, na sede sita na Rua Jogo da Bola, n.º 1-A, Cave, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2013

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loulé, para reunir no próximo dia 03 de Julho de 2013, (quarta-feira) pelas 20H30, na sede, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Dar parecer sobre a lista de candidatas À Câmara Municipal de Loulé e cabeças de lista às Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal
- 2 - Assuntos diversos



COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD de Coimbra, para o plenário de Concelhia, a realizar no próximo dia 5 de Julho de 2013, pelas 21h30m, na Sede Distrital do PSD de Coimbra, sita na Rua Lourenço de Almeida Azevedo, n.º 16, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Aprovação dos Candidatos da JSD Coimbra às eleições autárquicas;
- 4 - Outros assuntos.